



FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: O PIBID COMO POLÍTICA DE INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Yara Silvyia Albuquerque Pires Barros

Universidade Nove de Julho/Instituto Federal do Piauí – yara_silvyia@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre o PIBID e o seu impacto na formação inicial de professores considerando as ações da Capes, a partir do contexto da Política Nacional de Formação de Professores e das legislações educacionais vigentes. A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e análise de algumas legislações da área educacional e de textos de autores como Brzezinski (2008), Gatti (2014, 2010), Gatti & Barreto (2009), Imbernón (2009), Nóvoa (1997), Pimenta e Lima (2012), Severino (2003), Tardif (2002) que oferecem em seus estudos reflexões importantes e significativas sobre formação de professores. O PIBID enquanto programa de iniciação à docência, que tem como objetivos basilares a valorização do magistério e consequentemente dos cursos de formação de professores, apresenta-se como uma perspectiva de melhoria da qualificação docente e da educação básica, fornecendo contribuições importantes para o processo formativo do futuro professor através de situações de aprendizagem dentro do contexto escolar, dando significado para os conhecimentos e experiências vivenciados no espaço acadêmico e escolar, fornecendo-lhe uma melhor compreensão e apreensão dos elementos que são inerentes ao exercício do magistério.

Palavras-chave: Formação inicial de professores. Pibid. Política educacional.

1. INTRODUÇÃO

Pensar e discutir a formação de professores apontando as mudanças que se fazem necessárias nesse processo formativo para acompanhar as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade é um desafio que se apresenta a qualquer país que busca alcançar a universalização de uma educação pública de qualidade. Esse aspecto torna-se ainda mais urgente quando se insere numa realidade de escolarização tardia como ocorreu no Brasil, necessitando de políticas públicas que busquem superar as deficiências e os problemas no âmbito educacional. Essa situação apresenta-se mais grave quando se tem um panorama mundial nada animador em relação à falta de interesse e de valorização da profissão docente, e como consequência a baixa procura pelos cursos de formação inicial de professores, as licenciaturas, aspectos já apontados por pesquisas realizadas por organismos internacionais e por instituições governamentais considerando os dados levantados a partir do censo escolar da educação superior e



da educação básica. São impasses e problemas que o governo busca sanar direcionando esforços na proposição de ações, diretrizes, normatizações e políticas que busquem o fortalecimento e a valorização do magistério e a qualificação do professor, uma vez que este é o mediador entre o conhecimento e o educando, apresentando, portanto, papel central no processo educativo.

Nesse sentido, este trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre o PIBID e o seu impacto na formação inicial de professores considerando as ações da Capes, a partir do contexto da Política Nacional de Formação de Professores e das legislações educacionais vigentes. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e análise de algumas legislações da área educacional e de textos de autores como Brzezinski (2008), Gatti (2014, 2010), Gatti & Barreto (2009), Imbernón (2009), Nóvoa (1997), Pimenta e Lima (2012), Severino (2003), Tardif (2002) que oferecem em seus estudos reflexões importantes e significativas sobre formação docente.

Deve-se ressaltar que a temática formação de professores há tempos é objeto de estudo e de pesquisa oferecendo elementos consistentes de análise da realidade educacional brasileira, apontando caminhos e perspectivas que possam promover as mudanças que são necessárias direcionando políticas e proposições governamentais, sobretudo em relação à formação inicial que acumula uma série de problemas ao longo da história da educação do país.

2. FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E PIBID: ALGUMAS REFLEXÕES

Ao longo da história do Brasil, o processo de escolarização e de formação de professores sofreu mudanças de acordo com os contextos políticos, econômicos e sociais que demandaram ora mudanças significativas, ora descontinuidades através das legislações e das políticas que foram se desenhando para enfrentar os problemas da educação brasileira. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, trouxe novos significados e perspectivas na busca da universalização da educação básica e de um projeto nacional de formação e valorização do professor orientando políticas públicas coerentes e direcionadas para esse fim. A LDB/96 traz em seus artigos um aspecto importante a ser considerado no panorama de discussão sobre a formação de professores ao estabelecer que os profissionais do magistério para atuar na educação básica precisam de formação em nível superior em cursos de licenciatura, como disposto no art. 62. Embora esse aspecto da legislação ressalte a preocupação com a qualidade do processo educativo ao estabelecer a necessidade da formação docente em cursos de licenciatura, o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que alguns estudos e pesquisas têm demonstrado em relação à formação inicial de professores é o desafio de superar a organização curricular e a forma como esses cursos são organizados e estruturados. Geralmente esses currículos apresentam-se fragmentados, uma justaposição das disciplinas pedagógicas e das específicas da área de formação, destinando-se maior parte da carga horária para estas disciplinas, não havendo uma conexão entre elas e a dificuldade de promover a articulação entre teoria e prática. (Gatti, 2014, 2010; Gatti & Barreto, 2009).

Nessa perspectiva, Severino (2003) ao discutir os problemas que envolvem a formação de professores no país, chama a atenção para a falta de integração e interdisciplinaridade entre as disciplinas pedagógicas e as de conteúdo específico da área de formação que compõem a matriz curricular dos cursos de licenciatura, contribuindo para a fragmentação e a dicotomia do currículo, comprometendo o processo formativo e as vivências por ele proporcionadas.

Diante desse panorama que envolve a formação inicial de professores, ressalta-se ainda a escassez de professores em determinadas áreas do conhecimento, aspecto que tem suscitado a elaboração de normatizações que visam à ampliação do número de vagas e a oferta de cursos de formação de professores considerando-se a importância desse profissional no processo educativo. Um aspecto a ser destacado, considerando as ações de fomento à formação de profissionais do magistério para a educação básica, é a modificação das competências e da estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹ (CAPES) ampliando suas atribuições e missão institucional, subsidiando o MEC na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades que tenham como objetivo estimular a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

Como proposta de fomento a programas de formação inicial e continuada de professores a partir da atuação da Capes nesse processo, é instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica², considerado um importante dispositivo legal que visa ampliar a oferta de cursos de formação de professores para todas as etapas da educação básica, constituindo-se num compromisso de Estado na oferta de ensino de qualidade, através da colaboração entre os entes federados, o Ministério da Educação, as instituições formadoras e as redes de ensino, garantindo a qualidade dos cursos de formação que passam a ser orientados pela articulação entre teoria e prática e pelo reconhecimento da escola como espaço formativo, enfatizando a valorização do docente através de políticas que visem melhorias nas condições de

¹ Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007

² Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

trabalho, remuneração, planos de carreira, incentivos à profissionalização, ingresso e permanência na carreira, reconhecendo sua importância no processo educativo e na melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2016)

Considerando os aspectos legais e o cenário educacional brasileiro que necessita de fomento à formação inicial de professores para a educação básica como estratégia para a valorização do magistério é que se apresenta o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID³, fomentado pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) da Capes, com vistas a corrigir as deficiências e a preencher as lacunas do processo de formação inicial de professores, sendo direcionado para estudantes de cursos de licenciatura de diversas áreas do saber, apresentando como objetivos: o incentivo a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuição para a valorização do magistério; elevação da qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem; incentivo às escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; contribuição para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura; inserção dos estudantes de licenciatura na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente. (BRASIL, 2010)

Esses objetivos explicitam as orientações presentes em normativas como a LDB/96⁴ e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores⁵ que enfatizam em seus artigos os fundamentos que devem nortear a formação de professores e a organização curricular desses cursos reconhecendo a importância dos programas de iniciação à docência para a formação dos profissionais que atuarão no magistério da educação básica. O Plano Nacional de Educação⁶ (PNE) também enfatiza em suas metas, a ampliação do programa de iniciação à docência e a reestruturação curricular dos cursos de licenciatura visando a promover

³ Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010.

⁴ § 5º do art. 62 da LDB/96.

⁵ Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015.

⁶ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, meta 15 e estratégias 15.3 e 15.6.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uma “renovação pedagógica” como bem enfatiza Nóvoa (1997, p. 28) ao discutir o processo de formação de professores, destacando a necessidade de

[...] trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas.

É nessa perspectiva que o PIBID pode, enquanto política pública, promover as mudanças que se fazem necessárias tanto na escola como na academia, ao possibilitar aos licenciandos vivenciar a complexidade que envolve o fazer pedagógico, interagindo e possibilitando troca de experiências e aprendizagens com os diferentes atores que se inserem no ambiente escolar e nele desempenham papel significativo no processo formativo. São observações, experiências e aprendizagens, proporcionadas pela interação entre escola e instituições de ensino superior que podem interferir de forma direta na organização, estruturação e condução do processo formativo dessas instituições, cujas mudanças e reestruturação dos cursos têm como objetivo atender as demandas das escolas da rede pública de ensino, proporcionando novos significados ao trabalho docente na construção de uma escola pública de qualidade, que visa à formação integral de seus educandos.

Vivenciar a cotidianidade do trabalho docente no ambiente escolar possibilita ao licenciando fazer a articulação entre teoria e prática, ressignificando os conhecimentos estudados e apreendidos no processo formativo, pois de acordo com Pimenta e Lima (2012, p. 44), as disciplinas que compõem um curso de formação docente têm por finalidade “formar professores a partir da análise, da crítica e da proposição de novas maneiras de fazer educação”, aspecto facilitado pela inserção do licenciando no seu espaço de atuação profissional, onde pode apreender as dinâmicas e as interações da profissão, promovendo as articulações necessárias com os conteúdos teóricos que subsidiarão seu fazer pedagógico, reconhecendo a escola como espaço formativo e de aprendizagem da profissão e da construção da identidade docente a partir das relações que se estabelecem com os demais profissionais da educação que nela atuam, em especial os professores experientes que podem contribuir na formação dos futuros professores conduzindo e orientando as atividades propostas pelo PIBID no espaço escolar, compreendendo que o processo educativo e o trabalho docente não se realizam de forma isolada, é um trabalho conjunto cujas ações dos atores envolvidos convergem para um mesmo propósito e precisam ser pensadas a partir da coletividade.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Imbernón (2009, p. 61) ressalta a importância do trabalho colaborativo no ambiente escolar como estratégia que possibilita o desenvolvimento profissional do professor através do diálogo, do “intercâmbio de ideias e conhecimentos” e da “reflexão baseada na participação” de todos os profissionais da educação envolvidos no processo educativo.

A inserção do licenciando no ambiente escolar é enfatizado por Tardif (2002) ao ressaltar a relevância das experiências e vivências realizadas no âmbito escolar para a formação docente e para a construção da sua identidade profissional e profissionalização, pois essa experiência propicia

[...] progressivamente aos professores certezas em relação ao contexto de trabalho, possibilitando assim a sua integração no ambiente de trabalho, ou seja, a escola e a sala de aula. [...] A tomada de consciência dos diferentes elementos que fundamentam a profissão e a integração na situação de trabalho levam à construção gradual de uma identidade profissional. (TARDIF, 2002, p. 86)

O PIBID enquanto programa de iniciação à docência, que tem como objetivos basilares a valorização do magistério e conseqüentemente dos cursos de formação de professores, apresenta-se como uma perspectiva de melhoria da qualificação docente e da educação básica, contribuindo para a desconstrução de estigmas sobre o magistério e a escola pública, redefinindo as representações sociais em relação a esses dois elementos para que se possa atender as demandas da escola, dos educandos e da sociedade de forma geral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno da formação de professores, em especial a formação inicial, requer análises que vão além do currículo e da organização dos cursos de formação, pois a profissionalização do professor e o exercício do magistério envolvem reflexões sobre o tipo de escola que se quer construir, o perfil dos profissionais que nela atuarão e que aspectos pedagógicos devem ser enfatizados no processo educativo. Ressalta-se também que a formação de professores deve contemplar variáveis múltiplas presentes na complexidade que é o ato educativo, contemplando no processo formativo do professor as demandas da sociedade e as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais a fim de possibilitar a compreensão da realidade em todas as suas dimensões de forma crítica e reflexiva.

Considerando todas as especificidades e complexidades que envolvem o trabalho docente, torna-se necessário a proposição de programas de iniciação à docência, como PIBID, que possam subsidiar o processo formativo do futuro professor através de situações de aprendizagem



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dentro do contexto escolar, dando significado para os conhecimentos e experiências vivenciados no espaço acadêmico e no ambiente escolar, fornecendo-lhe uma melhor compreensão e apreensão dos elementos que são inerentes ao exercício do magistério.

Como política educacional, espera-se que o PIBID possa estimular a proposição e a efetivação de políticas que considerem todos os componentes necessários para a valorização das licenciaturas e para o incentivo pela carreira docente, gerando mudanças na representação social da profissão e a sua conseqüente valorização, que sejam políticas de estado e não apenas de governo, que considerem as especificidades de cada realidade em que serão implementadas, que apresentem continuidades e que sejam ampliadas, superando as generalizações e transposições de programas dispersos e generalistas, como destaca Brzezinski (2008, p. 172), ao enfatizar que é “sabido que ações pontuais de formação de professores pouco resolverão a falta de docentes qualificados na educação básica”, sendo necessário o envolvimento das diferentes esferas do poder no estabelecimento de “uma política global de formação e de valorização dos profissionais da educação”.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio. 2016. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>. Acesso em: 01 maio. 2016.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2016.

_____. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2010. Disponível em:< http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto7219_Pibid_240610.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 01 maio. 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. **Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jul. 2007. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 maio. 2016.

BRZEZINSKI, Iria. LDB/1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, Brasil, n. 100, p. 33-46, feb. 2014. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, Dec. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 maio. 2016.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

IMBERNÓN. Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. 3 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, R. L. L (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.